



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8190 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: ENTRE INQUIETAÇÕES E RETROCESSOS

Núbia Aparecida Schaper Santos - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

A educação infantil em tempos de pandemia: entre inquietações e retrocessos

Este trabalho tem por objetivo analisar as estratégias de enfrentamento no âmbito da Educação Infantil em trinta municípios da zona da mata mineira, a partir da proposição de um Plano de Ação Estratégico para a Educação Infantil – PAEEI. O plano foi construído como demanda do Curso de Extensão: Estratégias para a Educação Infantil em tempos de pandemia e pós-pandemia, vinculado a uma universidade pública de Minas Gerais.

A pandemia ocasionada pelo COVID-19 trouxe inúmeras mudanças para a vida das pessoas. Estamos vivendo uma crise sanitária e em decorrência disso, os municípios se viram na imposição de suspender o calendário escolar como medida preventiva. É possível dizer que a pandemia agravou e evidenciou as fragilidades e desigualdades sociais. Este cenário revela, além de incerteza, de sentimentos contraditórios, o valor da comunidade escolar. Revela também inquietações e nos convoca a pensar sobre como é possível a escola se fazer presente na vida e bebês e crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), consolidou os princípios éticos, estéticos e políticos da área, defendendo a concepção já consolidada desde a LDB 9394/96 sobre o lugar central da criança nas políticas públicas voltadas às infâncias e sobre o seu direito à educação desde o nascimento. Não sem conflitos e caminhos distintos, a trajetória histórica da Educação no Brasil é marcada pela pluralidade de concepções e por ameaças concretas da escolarização precoce e a “assistencialização” das creches.

Neste sentido, para além de pensar sobre a trajetória de lutas e desafios na dimensão do financiamento, da valorização e formação dos profissionais que nela atuam, interrogamos, diante da necessidade de isolamento social, sobre algumas questões, entre elas: como assegurar que as ações das secretarias municipais de educação possibilitem aos bebês e crianças os direitos referentes à formação continuada de seus profissionais, supervisão pedagógica, alimentação escolar e distribuição de materiais? Considerando as especificidades no cuidado-educação de bebês e crianças pequenas, como é possível pensar no diálogo entre Saúde, Educação e Assistência? Como dialogar com as famílias? Como pensar o lugar da docência na Educação Infantil em tempo tão complexo?

É possível afirmar que todos os municípios, em um primeiro momento, ao suspenderem o calendário de atividades escolares, se preocuparam com a dimensão da assistência, distribuindo cestas básicas, cartão de alimentação e *vouchers* para as famílias

desassistidas, na busca por garantir a sobrevivência de bebês e crianças pequenas. Contudo, as estratégias pedagógicas demoraram a emergir. Quando surgiram, deixaram de contemplar as contribuições de professoras e professores na elaboração de uma proposta, excluíram a voz das famílias nas suas necessidades e condições materiais de existência, contrariando os princípios da participação democrática que deve embasar as práticas no campo da Educação Infantil. Ao relatarem sobre suas ações, fica claro a falta de articulação entre Saúde, Educação e Assistência e a pouca busca pelo diálogo intersetorial.

Se por um lado, defendemos, com base nas DCNEIs que bebês e crianças podem aprender nas interações e nas vivências do seu cotidiano, apropriando-se e produzindo sentidos a partir do que vivenciam, por outro lado, muitos municípios interpretaram que o modo mais promissor de se relacionarem com as famílias seria enviando *kits* de atividades prontas para as crianças realizarem com apoio das famílias, colocando em cheque a própria natureza da Educação Infantil e os eixos que alicerçam os saberes/fazeres. Negando, em decorrência disso, o direito dos bebês e crianças de brincar, explorar, conhecer, sentir, ouvir, interagir e conhecer o contexto e as adversidades.

Nas últimas décadas, houve esforço e enfrentamento para demarcar as peculiaridades do campo da Educação Infantil, que se articulavam apenas à gramática do Ensino Fundamental. Entendemos que esse campo se diferencia, principalmente, no modo de organização curricular e disciplinar. Parece-nos, com o advento da pandemia, que aquilo construído historicamente pelos movimentos sociais, pelo movimento dos fóruns de Educação Infantil e pela produção de conhecimento, se revelou ameaçado na sua condição de permanência, surgindo propostas de ensino remoto, com atividades artificializadas, sem a necessária medida de experiências de ingresso de bebês e crianças no espaço de produção simbólica e na consolidação de vínculos afetivos.

Iniciativas que buscaram a narrativa do cotidiano e a importância de significar a partir do vivido foram poucas, mas muito significativas. Um dos municípios, esquivando-se do receituário conteudista e de entretenimento, buscou a partir dos estilhaços de memória da relação da criança com a escola, tecer possibilidades. A música, a brincadeira, as histórias, foram fios que permitiram encontrar, na brecha das casas afetadas pelo contexto da pandemia, a inserção de elementos que pudessem trazer outros sentidos para o vivido, inclusive na perspectiva de pensar a escola na sua temporalidade, como dimensão concreta e simbólica.

Refletir sobre as dimensões dos direitos humanos fundamentais das crianças, famílias e profissionais da Educação Infantil é crucial (Campos, 2020). Isso implica estratégias que contemplem os cuidados com a saúde, o acolhimento das fragilidades humanas, o planejamento de um ambiente com as regras sanitárias e, principalmente, afetivo, que permita aos bebês e crianças explorar, brincar, expressar e conviver, direito dos profissionais de serem envolvidos no planejamento dessas ações. Importante observar que ações de formação destinadas a pensar os desafios do tempo presente e a possibilidade de retorno foram quase inexistentes.

Compreendemos a necessidade de refletir sobre os efeitos da pandemia para a Educação Infantil, resguardando os direitos de bebês e crianças pequenas à educação de qualidade, a participação das famílias e acolhimento aos profissionais da referida área. A pandemia não pode apagar o que foi construído e conquistado ao longo da história. Temos como eixo da organização curricular as interações e brincadeiras. Não podemos banalizar o fato de que as escolas divulguem os kits de atividades prontas como expressão da pedagogia da infância.

Palavras-chave: Educação Infantil, Pandemia. Estratégias Pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 146, n. 242, p. 18-19, 18 dez. 2009c.

BRASIL. Lei nº 9.324, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 134, n. 248, p.27833-27841, 23 dez. 1996.

CAMPOS, Maria Malta Campos (org). *Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020.